

A Revista HISTEDBR On-line publica artigos resultantes de estudos e pesquisas científicas que abordam a educação como fenômeno social em sua vinculação com a reflexão histórica

**Correspondência ao Autor**

Nome: Elis Saraiva Santana

**E-mail:**

profelissantana@gmail.com

**Instituição:** Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Brasil

**Submetido:** 26/07/2021

**Aprovado:** 06/08/2021

**Publicado:** 06/12/2021

 10.20396/rho.v21i00.8666492

**e-Location:** e021054

**ISSN:** 1676-2584

**Como citar ABNT (NBR 6023):** SANTANA, E. S.; MAGALHÃES, L. D. R. Ditadura militar, memória, história pública e vídeos

disponíveis na internet. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, SP, v. 21, p. 1-15, 2021. DOI: 10.20396/rho.v21i00.8666492.

Disponível em:

<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8666492>. Acesso em: 6 dez. 2021.

Distribuído Sobre



Checagem Antiplágio



## DITADURA MILITAR, MEMÓRIA, HISTÓRIA PÚBLICA E VÍDEOS DISPONÍVEIS NA INTERNET



**Elis Saraiva Santana\***

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia



**Lívia Diana Rocha Magalhães\*\***

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

### RESUMO

Apresentamos, neste texto, resultados da pesquisa que realizamos sobre o documentário “1964 - O Brasil entre armas e livros” (BRASIL PARALELO, 2019) e o episódio “Ditadura à brasileira”, da série “Guia Politicamente Incorreto” (THE HISTORY CHANNEL BRASIL, 2017), além de comentários de usuários(as) do *Youtube* a respeito desses vídeos. Tomamos como base contribuições teóricas do campo de estudos da memória social e da chamada história pública, ressaltando o papel da internet na produção, na difusão e na recuperação de narrativas sobre a ditadura militar no Brasil que se contrapõem à historiografia crítica e ao ensino de história. Discutimos, de forma aproximada, como produções de tal natureza se apropriam de recursos midiáticos e de interesses de uma história para consumo público, visando produzir ou legitimar narrativas que despertam memórias individuais-coletivas que se baseiam em quadros sociais de vivências legitimadoras da ditadura e de seus usos ideológicos, educativos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Memória. História pública. Internet. Ditadura Militar.

**MILITARY DICTATORSHIP, MEMORY, PUBLIC HISTORY AND VIDEOS  
AVAILABLE ON THE INTERNET**

**Abstract**

In this text, we present the results of the research we have carried out on the documentary “1964 - O Brasil entre armas e livros” (BRASIL PARALELO, 2019) and the episode “Ditadura à brasileira” from the series “Guia Politicamente Incorreto” (THE HISTORY CHANNEL BRASIL, 2017) and on the comments of YouTube users about these videos. We have taken theoretical contributions from the field of social memory and from the public history as a basis, emphasizing the role of the internet in the production, dissemination and recovery of conservative narratives about the military dictatorship in Brazil and its opposition to critical historiography and the teaching of history. We approach the debate about how these kind of productions appropriate media resources and public demand for story consumption, aiming to produce or legitimize narratives that awaken latent individual-collective memories in society and their ideological uses.

**Keywords:** Memory. Public history. Internet. Military Dictatorship.

**DICTADURA MILITAR, MEMORIA, HISTORIA PÚBLICA Y VIDEOS DISPONIBLES  
EN INTERNET**

**Resumen**

En este texto presentamos los resultados de la investigación que realizamos sobre el documental “1964 - O Brasil entre armas e livros” (BRASIL PARALELO, 2019) y el episodio “Ditadura à brasileira”, de la serie “Guia Politicamente Incorreto” (THE HISTORY CHANNEL BRASIL, 2017), así como los comentarios de los usuarios de Youtube sobre estos videos. Tomamos como base aportaciones teóricas del campo de los estudios de la memoria social y la llamada historia pública, enfatizando el papel de internet en la producción, difusión y recuperación de narrativas sobre la dictadura militar en Brasil, que se oponen a la historiografía crítica y a la enseñanza de la historia. Discutimos, aproximadamente, cómo las producciones de esta naturaleza se apropian de los recursos mediáticos y de los intereses de una historia para el consumo público, con el objetivo de producir o legitimar narrativas que despierten memorias individuales-colectivas que se basan en marcos sociales de experiencias legitimadoras de la dictadura y sus usos ideológicos, educativos.

**Palabras clave:** Memoria. Historia pública. Internet. Dictadura militar.

## INTRODUÇÃO

Neste texto, discutimos resultados da pesquisa que realizamos acerca dos conteúdos do documentário “1964 - O Brasil entre armas e livros” (BRASIL PARALELO, 2019) e do episódio “Ditadura à brasileira”, da série “Guia Politicamente Incorreto” (THE HISTORY CHANNEL BRASIL, 2017), além de comentários de usuários(as) do *Youtube* a respeito desses vídeos. Compreendemos que esses materiais se inserem em um contexto de ampliação do consumo de história, a partir do início do século XXI. Compõem uma dimensão da história pública voltada para a ampliação de audiências e a ocupação de espaços fora das universidades. Trata-se de uma “[...] história **para** o público [...]” (SANTHIAGO, 2016, p. 28), caracterizada por produções em formatos diversos (literatura, cinema, etc.) pensados para o consumo de um público-alvo.

São produções em que, como alertam Ogassawara e Borges (2019), o historiador, em geral, é apenas consultado como uma fonte “[...] quer seja como referência intelectual para fomentar discussões relevantes, quer seja como argumento de autoridade para os propósitos da produção.” (OGASSAWARA; BORGES, 2019, p. 43). No entanto, são outros profissionais que conduzem o trabalho e o produto final reflete as concepções e os objetivos do mediador (produtor, jornalista, etc.). Claro que não se trata de reduzir a análise de produções dessa natureza a “[...] uma simples enumeração de erros e acertos em relação ao período histórico representado na tela [...]” (OGASSAWARA; BORGES, 2019, p. 50), mas, sobretudo, precisamos estar atentos ao **como** e ao **por que** o passado foi contado de determinada forma. É com esse olhar atento que os vídeos aqui citados são discutidos.

O crescimento do interesse público pelo conhecimento da história do Brasil ocorre, singularmente, por ocasião das discussões relativas ao quingentésimo aniversário da chegada dos portugueses ao país, como é destacado por Fonseca (2012), entre outros autores(as). Começa, então, a haver a produção de um conjunto de ações e de formas populares de veiculação desse ato comemorativo por meio de livros, revistas, filmes, novelas e, mais tarde, pela internet. Esse interesse, principalmente midiático, em explorar temas históricos e torná-los público também ocorre com o debate sobre a ditadura militar, que ganha relevância, sobretudo, por ocasião do quadragésimo aniversário do golpe, em 2004. (TOLEDO, 2004).

A produção e a divulgação de vídeos documentários que abordam temas históricos como um produto de consumo e entretenimento, dando visibilidade a revisões ideológicas<sup>1</sup> da ditadura militar, têm despertado grande interesse e gerado amplo alcance e impacto sobre um público, cuja memória social e coletiva coaduna com essas visões. No ambiente virtual, o *Youtube* tem se constituído como um espaço privilegiado para a divulgação e o consumo de materiais voltados a essa demanda por história, especialmente pela possibilidade de interação dos(as) usuários(as)<sup>2</sup> do site com os conteúdos veiculados.

Dessa perspectiva, discutimos a articulação entre história e seus usos políticos, tomando como base contribuições teóricas do campo de estudos da memória social e da chamada história pública, ressaltando como a internet tem sido explorada para a difusão de

um revisionismo ideológico (NAPOLITANO, 2015) sobre a ditadura militar. Situamos a produção e a veiculação dos vídeos supramencionados no contexto político de ascensão de grupos conservadores ao poder, principalmente a partir de 2010, para os quais o papel da internet tem sido fundamental em sua articulação (ROCHA, 2019) e tem favorecido a disseminação de releituras da ditadura militar alinhadas a um ponto de vista conservador. Ou seja, trata-se de um contexto onde as disputas de sentidos e usos do passado (JELIN, 2001) têm ocorrido, sobejamente, por meio da veiculação de produções midiáticas que, em geral, contestam o conhecimento historiográfico analítico e crítico à ditadura militar, entre as quais estão os vídeos que analisamos. Os usos ideológicos da memória (MAGALHÃES; ALMEIDA, 2011), com base em quadros sociais (HALBWACHS, 2004) sustentadores de memórias individuais-coletivas que comungam com a ditadura militar, sustentam-se, principalmente, na contraposição à historiografia crítica, em nome de uma história pública da ditadura que se confronta, especialmente, com o ensino de história.

Do ponto de vista da discussão sobre os usos da memória, dos seus testemunhos, poderíamos dizer que, em alguma medida, há um desencadeamento proposital de rememorações de um passado que interessa a segmentos de uma sociedade, por meio da recuperação de memórias individuais-coletivas, aqui compreendidas em sua ação consciente, que se assenta em quadros sociais morais e materiais (HALBWACHS, 2004) vividos e recebidos. Uma ação inteligível de “[...] reconstrução do passado com a ajuda de dados emprestados do presente, e, além disso, preparado por outras reconstruções feitas em épocas anteriores e de onde a imagem de outrora manifestou-se já alterada [...]” (HALBWACHS, 1990, p. 71) visando os interesses atualizados. É um passado que não muda, mas o sentido que lhe é atribuído é moldado a partir de expectativas presentes e futuras. (JELIN, 2001). Como explicitam Magalhães e Almeida (2011, p. 101), são memórias sociais e coletivas mantidas “[...] conforme as exigências ou necessidades do presente. Dessa perspectiva, podemos dizer que a memória está intrinsecamente relacionada com as práticas político-culturais de uma sociedade, de um povo, de uma nação, etc.”

## UM OLHAR À LUZ DA HISTÓRIA PÚBLICA SOBRE O DEBATE DA DITADURA MILITAR NA INTERNET

O termo “história pública” nos remete ao contexto norte-americano da década de 1970, quando historiadores passaram a ocupar postos de trabalho fora das universidades devido à crise de empregos, que reduzia a oferta de trabalho no ambiente acadêmico. Esse cenário motivou o desenvolvimento do conceito de *public history*, pelo historiador norte-americano Robert Kelley, para tratar das questões da empregabilidade e da atuação de historiadores fora da academia. Nesse contexto, as criações da revista *Public Historian* e do *National Council for Public History* foram importantes marcos na discussão da questão da empregabilidade do historiador e da constituição de uma identidade profissional para aqueles que não trabalhavam diretamente com a sala de aula. (SANTHIAGO, 2018). O surgimento

e o desenvolvimento da *public history*, a partir desses marcos, estiveram, segundo Santhiago (2018), voltados à criação e à institucionalização de um campo, ou disciplina histórica, cujos cânones seriam estabelecidos e controlados pela academia.

Por outro lado, o termo foi adquirindo contornos e significados diversos à medida que o debate sobre história pública foi se desenvolvendo também em outros países, resultando na impossibilidade de se estabelecer uma definição unidirecional para ele. Desse modo, ainda que a expressão tenha tido origem nos Estados Unidos, as discussões empreendidas em cada lugar respondiam a contextos próprios, “[...] como uma espécie de variável dependente moldada pelas diferenças contextuais, pela constelação de forças em jogo na história de cada país e, por conseguinte, na representação pública de sua história.” (FRISCH, 2016, p. 58).

No caso do Brasil, os debates em torno da história pública são mais recentes. A primeira obra brasileira voltada ao tema foi publicada em 2011. (ALMEIDA; ROVAI, 2011). No país, de acordo com Santhiago (2018), o modelo norte-americano de formação de uma disciplina acadêmica e de diretrizes para atuação profissional não tem capilaridade.

Em uma releitura peculiar, ela vem sendo ativada como um dispositivo conceitual capaz de ajudar o historiador a enfrentar os desafios contemporâneos de sua atividade. Não é, portanto, sugerida necessariamente dentro de uma chave prospectiva; para além da plasticidade da expressão e da sua capacidade de abrigar um número e uma variedade notável de práticas e reflexões, ela tem funcionado principalmente como uma espécie de categoria deflagradora de um exercício de retrospectiva. (SANTHIAGO, 2018, p. 293-294).

O mesmo autor, discutindo os múltiplos significados da expressão, propõe uma definição que abarca justamente essa peculiaridade do caso brasileiro, apresentando-nos uma tipologia da história pública entendida enquanto uma:

[...] área de estudo e ação com quatro engajamentos fundamentais, passíveis de entrecruzamento: a história feita **para** o público (que prioriza a ampliação de audiências); a história feita **com** o público (uma história colaborativa, na qual a ideia de ‘autoridade compartilhada’ é central); a história feita **pelo** público (que incorpora formas não institucionais de história e memória); e **história e público** (que abarcaria a reflexividade e a autorreflexividade do campo). (SANTHIAGO, 2016, p. 28).

Dessa forma, pensando a história pública tanto como uma área de estudo, quanto um campo de atuação, compreendemos como o tema vem sendo tratado no Brasil, onde a questão parece envolver, especialmente, mídias e educação e divulgação científica.

A produção de materiais para divulgação histórica no país, certamente, é anterior ao surgimento da internet, sendo possível rastrear trabalhos dessa natureza, pelo menos, desde a segunda metade século XX, como é o caso da produção de materiais paradidáticos e, nas décadas de 1970 e 1980, de revistas periódicas, enciclopédias e obras acessíveis, de



historiadores profissionais que ganharam popularidade. (FONSECA, 2012). Nos anos 2000, o crescente interesse por temas relacionados à história contribuiu para a proliferação de revistas e livros sobre a temática, atendendo a um nicho editorial em expansão. De modo geral, essas produções “[...] mobilizam o conhecimento histórico produzido academicamente e o reorientam para o consumo [...] o que tem ocorrido em escala cada vez maior, diante da expansão tecnológica da mídia, principalmente da internet e da transmissão televisiva a cabo.” (FONSECA, 2012, p. 136).

Assim, a história é consumida também como uma fonte de entretenimento em filmes, documentários, programas de televisão e na internet, por meio de redes sociais, sites, blogs e plataformas de vídeo. Considerando esse aspecto, concordamos com Thaís Fonseca (2012) ao refletir sobre a pertinência de discutir essas formas populares de consumo da história pela lente da história pública:

O fenômeno apresenta elementos que permitem pensá-lo na perspectiva da história pública, não somente pelo fato de atingirem o grande público, mas porque suas condições de realização implicam em interações muito diferentes daquelas que se somam para a produção de uma história acadêmica. Para além de serem também um nicho de trabalho para os que não querem ou não conseguem o ingresso nas instituições de caráter científico, a história pública relaciona-se a propósitos que vão além da realização de teses de doutorado ou programas de pesquisa. Passam pela relação com a consciência histórica, ou mesmo por sua produção, pela relação com memórias individuais e coletivas, pela mobilização de comunidades, pela disponibilização de acervos e de conhecimento. (FONSECA, 2012, p. 136-137).

Malerba (2014), discutindo o crescimento do interesse público por história no Brasil, considera que há uma disseminação preocupante de um tipo de produção sobre história, de caráter eurocêntrico, anedótico, que prioriza grandes fatos e personagens, deixando de lado abordagens de processos mais amplos e complexos em sua perspectiva global e se apoiando na contraposição aos historiadores acadêmicos, como uma estratégia de marketing. Esse tipo de produção não pode ser desconsiderado, uma vez que “[...] o crescimento desse campo sem fronteiras muito definidas que se chamou de *Public History* articula-se de modo orgânico com a recente explosão ruidosa de formas populares de apresentação do passado [...]” (MALERBA, 2014, p. 31) e que a história pensada para o grande público e veiculada em diferentes meios de comunicação acaba atuando como “[...] um campo fundamental e permanente de reflexão a exigir a atenção permanente dos historiadores acadêmicos.” (MALERBA, 2014, p. 43).

Entre publicações dessa natureza está o livro “Guia Politicamente Incorreto da História do Brasil”, do jornalista Leandro Narloch, lançado em 2009. Trata-se de um livro de expressivo sucesso de vendas (GUIA..., 2010) e que tem suscitado preocupações entre os historiadores ao considerarem a repercussão de uma obra que aborda a história do Brasil de um ponto de vista conservador e que apresenta inconsistências nos usos das fontes, sejam

elas documentos ou trabalhos historiográficos (MENESES, 2019), resultando em uma abordagem problemática e ideologicamente direcionada. Também preocupam os possíveis efeitos desse tipo de material na apreensão histórica, especialmente, por parte de jovens em idade escolar. (RAMOS, 2016).

A produção e a divulgação desse tipo de material são potencializadas pelo desenvolvimento e pela popularização da internet, colocando a relação entre produção histórica e a rede mundial de computadores como uma questão a ser considerada. Esse é o alerta que faz Serge Noiret (2015, p. 40):

Educadores e historiadores públicos têm o dever de interpretar criticamente a narrativa falsamente ‘objetivante’. E não apenas a narrativa da historiografia celebrativa nacional [...], mas, sobretudo, aquela virtual e viral mais insidiosa, que promove memórias coletivas alternativas à assim chamada história ‘oficial’, e retoma – ou inventa por inteiro – novas ‘legendas nacionais’.

Nesse contexto, a crescente demanda e o aumento do consumo de produções sobre história apontam para “[...] o recrudescimento do papel da História como uma das bússolas orientadoras da vida política, social e cultural contemporânea.” (MAUAD; ALMEIDA; SANTHIAGO, 2016, p. 11). Nos vídeos em questão, há uma abordagem da história, no caso, da ditadura militar no Brasil, que visa atrair o interesse de um público consumidor de informações que correspondam a determinados interesses políticos e a memórias construídas a partir de determinados valores, interesses, etc.

## **A DITADURA MILITAR: “1964 - O BRASIL ENTRE ARMAS E LIVROS” E O EPISÓDIO “DITADURA À BRASILEIRA”**

O primeiro vídeo analisado é um episódio da série “Guia Politicamente Incorreto”, da emissora *History*, baseada no livro de Leandro Narloch. Ela foi ao ar, na televisão, em 2017 e disponibilizada pela própria emissora em seu canal oficial no *Youtube*. Assim como o livro, a série reavivou o debate em torno da interpretação histórica que é difundida por esse tipo de produção. A série contém episódios que contemplam distintos temas ligados à história do Brasil. Entre eles está o “Ditadura à Brasileira”, que aborda, especificamente, o período da ditadura militar no país e que foi disponibilizado no *Youtube* em um conjunto de treze vídeos.

A série como um todo é apresentada em um formato lúdico, jovial, com o uso de animações, frases de efeito e trilha sonora. Os recortes, as montagens e os efeitos audiovisuais explicitam o público-alvo da produção. Especificamente, a abertura do episódio em questão, sobre a ditadura militar, consiste em uma representação de dois guerrilheiros armados enquanto o locutor apresenta o período como um momento sombrio, no qual reinavam a repressão e a morte. Na sequência, o locutor anuncia que, **por sorte**, os

guerrilheiros lutavam para **libertar** o Brasil, numa espécie de sátira do que seria a história oficial. A cena, então, é interrompida pela risada dos atores que quebram seu clima dramático.

Não obstante, tanto esse episódio, quanto a série como um todo são produtos de entretenimento. Sua intenção, a priori, é divertir, entreter e polemizar. Assim, ao abordar de forma superficial questões sobre a ditadura, a tortura, a repressão, a luta armada e o milagre econômico, o que estaria sendo vendido não seria uma proposta de reflexão profunda sobre diversos aspectos da história do país e sim, uma produção midiática. Além disso, a oposição à história oficial e ao professor de história funciona como um elemento de autolegitimação e, diria Malerba (2014), como uma estratégia de *marketing*.

Durante o episódio analisado são intercaladas falas de diversos participantes, inclusive com posicionamentos e opiniões, por vezes, distintas. No entanto, a tônica geral consiste na crítica à “história oficial” e aos professores de história, estes últimos responsáveis por disseminar a versão “da esquerda” nas escolas. Ao argumentar que os guerrilheiros não lutavam por democracia, o episódio leva à conclusão de que a versão “oficial” é uma mentira. A fala do filósofo Luiz Felipe Pondé é bastante ilustrativa ao afirmar, logo nos momentos iniciais do vídeo, que a esquerda mente ao dizer que combateu a ditadura em nome da liberdade e que grande parte dos professores de história também mente, por serem de esquerda. Em momento posterior, no mesmo episódio, Pondé reforça essa afirmação: “A ditadura acabou, a esquerda tinha as redações de jornais, os centros culturais e as universidades... e com o tempo foi aumentando e agora tem as escolas também [...]”. (THE HISTORY CHANNEL BRASIL, 2017).

Em linhas gerais, o foco da narrativa, apesar de abordar outras questões, é voltado para a contraposição entre a luta armada comunista e o Estado, como fica evidenciado na fala do jornalista Leandro Narloch, na primeira parte do episódio, logo no segundo minuto do vídeo: “A ditadura brasileira foi [...] um período tenebroso da história do Brasil. Ela só não foi pior do que se a gente tivesse vivido uma ditadura comunista e, aí sim, meus amigos, ia ser um total desastre.” (THE HISTORY CHANNEL BRASIL, 2017).

Diferente do tom divertido desse vídeo, o filme “1964 - O Brasil entre armas e livros”, da empresa Brasil Paralelo, recorre a uma estética de denúncia, de análise e de divulgação “da verdade” sobre a ditadura militar, que estaria, até agora, encoberta pela historiografia, pelo sistema de ensino, pelos professores de história e pela grande mídia. Desde seu lançamento, em 2019, o vídeo já acumula mais de sete milhões de visualizações e mais de setenta mil comentários no *Youtube*.

A empresa que produziu o filme, em sua página oficial no *Facebook*, define-se como “[...] uma produtora 100% independente que busca transformar a cultura por meio da **Educação**.” (BRASIL PARALELO, 2020a, grifo nosso). De modo semelhante, em seu site, a empresa oferece aos assinantes uma “[...] experiência exclusiva de **autoeducação** [...]”, além dos “[...] documentários e filmes gratuitos que já **ensinaram** milhões de brasileiros.”



(BRASIL PARALELO, 2020b, grifo nosso). Lima (2019, p. 18, grifo nosso) discutindo outro material produzido pela empresa pondera:

Os objetivos da organização Brasil Paralelo não se reduzem à divulgação de determinada visão de história, mas também ao envolvimento dos espectadores no financiamento e produção de novos materiais. Além disso, os realizadores prometem aos que contribuem financeiramente o ingresso em ‘um grupo fechado, onde vamos nos conhecer e planejar um futuro em conjunto’. **Trata-se, portanto, de uma organização política voltada para o engajamento de pessoas em torno de determinadas teses históricas, que são apresentadas como a verdade oculta sobre o passado nacional brasileiro.**

Tanto nos cursos pagos da empresa, quanto em seus vídeos disponibilizados gratuitamente no *Youtube*, há uma variedade de temas abordados que vão desde filosofia, política, economia, educação, história, até música. E, ainda que a empresa, no caso do vídeo em questão, declare uma abordagem imparcial, baseada em fatos e documentos, seu histórico explicita seu viés liberal, de direita, conservador. Buzalaf (2019), analisando o filme “1964 - O Brasil entre armas e livros”, aponta o quadro de participantes destacando que “[...] o liberalismo parece ser o elo que une todos estes entrevistados e produtores de 1964.” (BUZALAF, 2019, p. 37).

A narrativa do vídeo gira em torno da “ameaça comunista” que rondava o país e a conclusão da “análise” apresentada é que, apesar da derrota dessa ameaça no campo político, com o golpe de 1964, a esquerda teria vencido a batalha no campo ideológico e cultural ao se infiltrar nas escolas, nas universidades e nos meios de comunicação empreendendo uma “guerra cultural” para destruir os valores da sociedade ocidental (a moral, a religião e, especialmente, a família). Ao longo de todo o vídeo, e particularmente no momento final, a intencionalidade discursiva da empresa, que une o filme as suas outras produções se torna mais explícita: ela parece estar em uma espécie de cruzada contra esse suposto domínio da esquerda nos mais diferentes aspectos (político, econômico, cultural, social) para combater os efeitos perversos que, segundo eles, os comunistas têm produzido no ocidente.

Poderíamos dizer que os vídeos analisados, mesmo em suas singularidades, trabalham de modo próximo ou comum em relação a dois aspectos em particular. Primeiro, a contraposição à historiografia crítica à ditadura militar e, conseqüentemente, a sua abordagem na escola, por parte dos professores de história, procurando contestá-la por meio da divulgação e da veiculação de conteúdos que, de algum modo, legitimam uma história pública, destinada a um público mais amplo que acessa informações e que articula conhecimentos e vivências comuns do cotidiano ao conteúdo ideológico. Segundo, esses vídeos estão inseridos nesse contexto de produção e demanda por história, valendo-se de aspectos característicos de produções no campo da história pública, como seus formatos e sua linguagem (audiovisual, nesse caso). Eles também se valem de momentos circunstanciais, como ilustra o filme da Brasil Paralelo que, lançado em 31 de março de 2019, soube se aproveitar dessa efeméride e do significado da data para impulsionar sua

produção. Nesse cenário, a internet e seus recursos colocam a questão em um novo patamar no que diz respeito à produção, à difusão e ao alcance dessas obras. (FONSECA, 2012).

## COMENTÁRIOS DOS USUÁRIOS DOS VÍDEOS

Como expusemos anteriormente, o *Youtube* proporciona a interação de seus(as) usuários(as) com os vídeos disponíveis na plataforma através de comentários, que ilustram a inte-relação do público com os materiais. Nesses comentários, e nos referentes aos vídeos analisados, identificamos referências constantes às memórias de experiências vividas ou recebidas como recurso testemunhal de ratificação dos conteúdos. É o que evidenciam, por exemplo, os dois comentários reproduzidos a seguir. O primeiro com base no conteúdo do “Guia Politicamente Incorreto” e o segundo tratando do vídeo “1964 - O Brasil entre armas e livros”.

Video sincero, e sem manipulação. Conheci a verdadeira ‘ditadura’ brasileira por idosos que realmente viveram nesse tempo e sabiam cada detalhe dela, diferente dos terroristas zé fominha. (N. T., 2018)<sup>3</sup>.

No dia 31 de Março eu tinha 10 anos e me assustei ao ver o povo nas ruas comemorando e saudando os militares. Desde então, só vi o povo nas ruas comemorando igualmente, nas conquistas de copas. **Nenhuma geração viverá em paz e feliz como eu vivi sob o governo dos militares [...]**. (C. S., 2019, grifo nosso).

Como ressalta Halbwachs (1990, 2004), a memória é um processo ativo de recuperação do passado a partir de interesses do presente, moldado por quadros sociais de referência, cujos sentidos são recuperados visando expectativas presente e futuras. (JELIN, 2001). Desse modo, nos comentários supracitados, os(as) usuários(as), em sua interação com o conteúdo dos vídeos, recorrem a memórias de experiências individuais-coletivas, para ratificar as análises propostas pelos vídeos. Assim, a retomada do passado a serviço do presente passa pela exaltação da ditadura militar como modelo para o presente, para combater um perigo que ainda estaria latente, o comunismo. O “governo dos militares”, ou seja, o Estado ditatorial é referendado nessas memórias como um Estado bom, que combateu o inimigo proporcionando um período de paz e felicidade.

Em muitos comentários, a exemplo dos destacados a seguir, há uma recorrência a memórias que referendam a negação ou a contraposição à produção historiográfica e ao professor de história, tomando como referência um quadro de positividade da ditadura e de uma visão ideológica, construída socialmente, de que a esquerda teria deturpado a história da ditadura e disseminado sua versão nas escolas. Vejamos as palavras de usuários(as) referindo-se ao “Guia Politicamente Incorreto” e a “1964 - O Brasil entre armas e livros”, respectivamente:

[...] O fato é que no Brasil é necessário estudar história duas vezes, primeiro pelos livros do MEC (MINISTÉRIO DE EDUCAÇÃO COMUNISTA), e depois para SABER A VERDADE. (M. A., 2018).

Muito bom filme. Tenho 32 anos e lembro perfeitamente como 90% dos meus professores sempre foram entusiastas da esquerda. Mas nunca me permitir ser vítima do Marxismo cultural Parabéns pelo trabalho. (J. X., 2020).

A questão da educação como um elemento central nessas disputas de sentidos do passado (JELIN, 2001) é explicitada em comentários como esses que, em consonância com as narrativas dos vídeos, acusam os professores de disseminarem uma narrativa falsa ou preconceituosa sobre a ditadura, motivados por filiações político-ideológicas de esquerda.

As referências depreciativas ao ensino, à educação formal e ao professor de história, bem como a exaltação a materiais como as produções analisadas, considerando-as fontes fidedignas para conhecer ou estudar a ditadura militar no Brasil, são comuns nos comentários de ambos os vídeos, como pode ser lido a seguir nas falas que se referem ao filme da Brasil Paralelo e ao “Guia Politicamente Incorreto”, nessa ordem.

Passsei todos os meu anos de cadeira acadêmica sendo doutrinado por professores de esquerda. Resumo. Não deu certo. Sempre fui contra. Agora, graças a internet temos acesso a esse material. PARABÉNS. Mostrandi o outro lado. (A. V. R., 2020).

Os militares fizeram seu papel. O problema foi que a esquerda deu um golpe extremamente sujo: se infiltrou nas escolas e universidades para criar um exército de idiotas úteis... e infelizmente deu certo, **mas isso vai acabar logo**. (Z. W., 2018, grifo nosso).

Assim, a crítica ou a negação da historiografia e da educação escolar vão se constituindo como uma questão basilar para a sustentação de uma releitura da história que normaliza e justifica a ditadura militar. Além disso, a possibilidade de acesso a materiais como os vídeos em questão é comemorada como uma alternativa, na qual a internet tem papel fundamental: “[...] graças a internet temos acesso a esse material.” (A. V. R., 2020). Ou seja, o centro das discussões e das preocupações levantas pelas narrativas dos vídeos e debatidas também pelos(as) usuários(as) do *Youtube* é a produção historiográfica e a educação escolar.

## À GUIA DE CONCLUSÃO

A relação entre história e memória lida a partir do campo da história pública nos oportunizou evidenciar o papel estratégico, na internet, da produção, da difusão e da recuperação de narrativas sobre a ditadura militar no Brasil. Discutimos como produções como essas, possivelmente, apropriam-se das discussões sobre a chamada história pública, visando produzir ou legitimar narrativas que despertem memórias individuais-coletivas latentes na sociedade e seus usos ideológicos. Trata-se de produções que, sem dúvida, causam obstáculo ao conhecimento histórico e estão exigindo nossa atenção como pesquisadores, professores, educadores e estudiosos da história e da educação, colocando

em cena a memória da história da ditadura militar por meio de produções acessíveis e de caráter midiático.

É nesse contexto, onde os debates sobre a ditadura militar adquirem maior relevância, que se populariza, desde a primeira década do século XXI, uma discussão em contraposição à historiografia em sua abordagem crítica e ao ensino de história, tornando-se objeto de disputa pelos apoletas da ditadura militar, que negam ou se contrapõem a essa historiografia e à escola, inclusive como um elemento de autolegitimação, caracterizado, principalmente, por seu apelo político-ideológico. E, na internet, o *Youtube* aparece como um espaço privilegiado para a divulgação desses materiais e para o uso, inclusive, de abordagens e revisões peculiares ao fazer historiográfico a favor de interesses ultraconservadores, que dominam o atual cenário político brasileiro.

Assim sendo, consideramos fundamental que estudos sobre a articulação entre os campos da memória social e da história pública, entre outros, continuem sendo realizados, principalmente levando em conta que essas produções estão ganhando espaço na educação, em seu sentido amplo, e que seu forte apelo tem alcançado a escola formal. São ferramentas comunicacionais que muitos professores não dominam, ou que buscam capturar a atenção dos estudantes com um conteúdo que o fazer sistemático, lento e gradual, inerente à educação escolar, não permite suplantar. Continua o desafio e a necessidade de insistirmos em pesquisar, discutir, educar sobre o que foi a ditadura militar no Brasil, as suas consequências políticas e sociais, inclusive sobre a memória e a história do nosso presente.

## REFERÊNCIAS

A. V. R. **1964** - o Brasil entre armas e livros (filme completo). Destinatário: Brasil Paralelo. [S. l.]: 11 set. 2020. 1 comentário online no “comentários” do YouTube. Disponível em: <https://bit.ly/3FvRvVL>. Acesso em: 25 jul. 2021.

ALMEIDA, J. R.; ROVAI, M. G. de O. (org.). **Introdução à história pública**. São Paulo: Letra e Voz, 2011.

BRASIL PARALELO. **+30 produções**. Documentários e filmes gratuitos que já ensinaram milhões de brasileiros. São Paulo: 2020a. Disponível em: <https://bit.ly/3BvWQL8>. Acesso em: 15 out. 2020.

BRASIL PARALELO. **1964** - O Brasil entre armas e livros (filme completo). Direção: Filipe Valerim e Lucas Ferrugem. Produção: Henrique Zingano. Roteiro: Henrique Zingano e Lucas Ferrugem. [S. l.]: Brasil Paralelo, 2019. 1 vídeo (2h 07 min 19 seg). Disponível em: <https://bit.ly/305UynX>. Acesso em: 20 mar. 2020.

BRASIL PARALELO. **Sobre**. Facebook: @brasilparalelo. Disponível em: <https://bit.ly/3FyFaAI>. Acesso em: 15 out. 2020b.

BUZALAF, M. N. A construção estereotipada do comunista na produção 1964 - o Brasil entre armas e livros. *In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO*, 2019, Belém, PA. **Anais** [...]. Belém: Intercon, 2019. p. 34-42. Disponível em: <https://bit.ly/3wV8hud>. Acesso em: 25 jul. 2021.

C. S. **1964** - o Brasil entre armas e livros (filme completo). Destinatário: Brasil Paralelo. [S. l.]: 07 abr. 2019. 1 comentário online no “comentários” do YouTube. Disponível em: <https://bit.ly/3Cvfr9E>. Acesso em: 25 jul. 2021.

FONSECA, T. N. Mídias e divulgação do conhecimento histórico. **Revista Aedos**, [online], v. 4, n. 11, p. 129-140, set. 2012. Disponível em: <https://bit.ly/3Fqsoo1>. Acesso em: 25 jul. 2021.

FRISCH, M. A história pública não é uma via de mão única, ou, de A shared authority à cozinha digital, e vice-versa. *In: MAUAD, A. M.; ALMEIDA, J. R. de; SANTHIAGO, R. (org.). História pública no Brasil: sentidos e itinerários*. São Paulo: Letra e Voz, 2016. p. 57-70.

“GUIA Politicamente Incorreto da História do Brasil” alcança topo da lista. **Folha Uol**, 27 fev. 2010. Disponível em: <https://bit.ly/3oIIZ0p>. Acesso em: 20 jul. 2021.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. Tradução: Laurent Léon Schaffter. São Paulo: Vértice, 1990.

HALBWACHS, M. **Los marcos sociales de la memoria**. Tradução: Manuel A. Baeza y Michel Mujica. Barcelona: Anthropos, 2004.

J. X. **1964** - o Brasil entre armas e livros (filme completo). Destinatário: Brasil Paralelo. [S. l.]: 05 fev. 2020. 1 comentário online no “comentários” do YouTube. Disponível em: <https://bit.ly/3qIUdTD>. Acesso em: 25 jul. 2021.

JELIN, E. **Los trabajos de la memoria**. Espanha: Siglo Vienteuno, 2001.

LIMA, A. N. A nação brasileira entre a cruz e a espada: apontamentos sobre a atual (re)construção de uma identidade nacional supremacista no Brasil. **Temáticas**, Campinas, v. 27, n. 54, p. 15–38, 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3mwmAk8>. Acesso em: 25 jul. 2021.

M. A. **Brasil, 1968**. Ditadura à brasileira. Guia politicamente incorreto. History. Destinatário: I.M. [S. l.]: 14 jun. 2018. 1 comentário online no “comentários” do YouTube. Disponível em: <https://bit.ly/3mAAqlr>. Acesso em: 25 jul. 2021.

MAGALHÃES, L. D. R.; ALMEIDA, J. R. M. Relações Simbólicas entre memória, ideologia, história e educação. *In: LOMBARDI, J. C.; CASIMIRO, A. P. B. S.; MAGALHÃES, L. D. R. (org.). História, memória e educação*. Campinas, SP: Alínea, 2011. p. 99-109.

MALERBA, J. Acadêmicos na berlinda ou como cada um escreve a História? Uma reflexão sobre o embate entre historiadores acadêmicos e não acadêmicos no Brasil à luz



dos debates sobre Public History. **História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography**, v. 7, n. 15, p. 27-50, 2014. Disponível em: <https://bit.ly/3DuwGZN>. Acesso em: 21 mar. 2020.

MAUAD, A. M.; ALMEIDA, J. R. de; SANTHIAGO, R. Introdução. *In*: MAUAD, A. M.; ALMEIDA, J. R. de; SANTHIAGO, R. (org.). **História pública no Brasil: sentidos e itinerários**. São Paulo: Letra e Voz, 2016. p. 11-20.

MENESES, S. Uma história ensinada para Homer Simpson: negacionismos e os usos abusivos do passado em tempos de pós-verdade. **Revista História Hoje**, v. 8, n. 15, p. 66-88, 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3DonZ30>. Acesso em: 16 jul. 2021.

N. T. **Brasil, 1968**. Ditadura à brasileira. Guia politicamente incorreto. History. Destinatário: The History Channel Brasil. [S. l.]: 19 mai. 2018. 1 comentário online no “comentários” do YouTube. Disponível em: <https://bit.ly/3mAAqlr>. Acesso em: 25 jul. 2021.

NAPOLITANO, M. Recordar é vencer: as dinâmicas e vicissitudes da construção da memória sobre o regime militar brasileiro. **Antíteses**, v. 8, n. 15 esp, p. 9-44, nov. 2015. Disponível em: <https://bit.ly/3oKDaiO>. Acesso em: 25 jul. 2021.

NOIRET, S. História pública digital. Digital public history. **Liinc em Revista**, v. 11, n. 1, p. 28-51, maio 2015. Disponível em: <https://bit.ly/3uUd3XQ>. Acesso em: 25 jul. 2021.

OGASSAWARA, J. S.; BORGES, V. T. O historiador e a mídia: diálogos e disputas na arena da história pública. **Revista Brasileira de História**, v. 39, n. 80, p. 37-59, 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3lqFeuz>. Acesso em: 25 jul. 2021.

RAMOS, M. E. T. O mau professor de história segundo os “guias politicamente incorretos de história. **Fronteiras: Revista de História, Dourados**, v. 18, n. 31, p. 99-122, 2016. Disponível em: <https://bit.ly/2Ysk99T>. Acesso em: 25 jul. 2021.

ROCHA, C. ‘**Menos Marx, mais Mises**’: uma gênese da nova direita brasileira (2006-2018). 2019. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

SANTHIAGO, R. Duas palavras, muitos significados: alguns comentários sobre a história pública no Brasil. *In*: MAUAD, A. M.; ALMEIDA, J. R. de; SANTHIAGO, R. (org.). **História pública no Brasil: sentidos e itinerários**. São Paulo: Letra e Voz, 2016. p. 23-26.

SANTHIAGO, R. História pública e autorreflexividade: da prescrição ao processo. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 10, n. 23, p. 286-309, jan./mar. 2018. Disponível em: <https://bit.ly/3ao7Q16>. Acesso em: 25 jul. 2021.

THE HISTORY CHANNEL BRASIL. **Ditadura à brasileira**. Guia politicamente incorreto. History. [S. l.]: 13 dez. 2017. Disponível em: <https://bit.ly/3mAAqlr>. Acesso em: 19 mar. 2020.

TOLEDO, C. 1964: golpismo e democracia: as falácias do revisionismo. **Crítica Marxista**, São Paulo, n. 19, p. 27-48, 2004. Disponível em: <https://bit.ly/3oKDdLw>. Acesso em: 25 jul. 2021.

Z. W. **Brasil, 1968**. Ditadura à brasileira. Guia politicamente incorreto. History. Destinatário: J.S. [S. l.]: 25 out. 2018. 1 comentário online no “comentários” do YouTube. Disponível em: <https://bit.ly/3mAAqlr>. Acesso em: 25 jul. 2021.

#### AUTORIA:

\* Mestrado em Memória: Linguagem e Sociedade pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Bolsista pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Contato: [profelissantana@gmail.com](mailto:profelissantana@gmail.com)

\*\* Doutorado em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Professora do Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Contato: [lrochamagalhaes@gmail.com](mailto:lrochamagalhaes@gmail.com)

#### COMO CITAR ABNT:

SANTANA, E. S.; MAGALHÃES, L. D. R. Ditadura militar, memória, história pública e vídeos disponíveis na internet. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, SP, v. 21, p. 1-15, 2021. DOI: 10.20396/rho.v21i00.8666492. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8666492>. Acesso em: 6 dez. 2021.

#### Notas

- <sup>1</sup> Compreendemos o termo “revisionismo ideológico”, de acordo com Napolitano (2015), como uma revisão da história a partir de um ponto de vista e com objetivos exclusivamente políticos, sem vinculação com a historiografia e comumente ligada à extrema direita.
- <sup>2</sup> Aqui utilizamos o termo usuário(a) para designar indivíduos que acessam o *Youtube* por meio de uma conta individual e interagem com os conteúdos do site através de comentários que ficam disponibilizados para acesso público.
- <sup>3</sup> Os comentários foram transcritos *ipsis litteris* e estão referenciados com as iniciais dos usuários e o ano em que o comentário foi postado no site.